# CEMP  Centro Educacional Marapendi

 **Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Data: / /2024**

 **Professor(a): Gabriela Nogueira 7 o Ano do Ensino Fundamental II Turma: \_\_\_\_\_**

 **QUESTIONÁRIO 1 DE GEOGRAFIA 1º Bimestre**

**GABARITO DO QUESTIONÁRIO 1 DE GEOGRAFIA DO 7 ANO - 1º BIMESTRE**

1)

a) Conurbação - Entende-se por conurbação quando duas ou mais cidades se “encontram” e formam um mesmo espaço geográfico. Isso ocorre quando o crescimento dessas cidades é elevado e as suas respectivas malhas urbanas integram-se, tornando-se um único meio urbano.

b) Municipio - e maneira geral, os municípios são constituídos de uma área rural, conhecida como campo, e uma área urbana.

c) Cidade - também chamada de cidade, onde localiza-se a prefeitura e concentram-se as atividades de comércio, serviços e as indústrias.

d) Zoneamento urbano - É a Lei de Zoneamento que define as atividades que podem ser praticadas em cada rua da cidade, determinando se é permitido ou não abrir um comércio ou uma indústria; se é possível construir moradia numa determinada rua ou bairro; se é preciso deixar recuos entre o edifício e os limites do terreno, ou se a casa pode ocupar toda a área do lote. Esse documento estimula a melhor interação possível entre a vizinhança.

e) Região metropolitana - Uma região metropolitana é uma área formada por vários municípios que apresentam uma estrutura ou aglomeração urbana interligada entre si ou em torno de uma cidade principal, geralmente uma metrópole.

2) Aumento do número de áreas não planejadas, falta de infraestrutura, violência, baixa mobilidade urbana, poluição ambiental,etc..

3) ) Executivo/ Legislativo/Judiciário.

O Poder executivo - responsável direto por executar as leis, observando as normas vigentes no país, além de propor planos de ação e administrar os interesses públicos.

O poder Legislativo - Responsável por elaborar e aprovar as leis, alem de fiscalizar as mesmas pelo Executivo.

O poder Judiciário - responsável por interpretar as leis e julgar os casos de acordo com as regras constitucionais.